

Investigação Científica nas Ciências Humanas 4

**Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues
(Organizadores)**

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Investigação Científica nas Ciências Humanas 4

**Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues
(Organizadores)**

**Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

162 Investigação científica nas ciências humanas 4 [recurso eletrônico] /
 Organizadores Marcelo Máximo Purificação, César Costa
 Vitorino, Emer Merari Rodrigues. – Ponta Grossa, PR: Atena,
 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-62-1
 DOI 10.22533/at.ed.621201903

1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Vitorino, César Costa. III. Rodrigues, Emer Merari.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores é com grande satisfação, que fazemos chegar até vocês mais um volume da Coleção Investigação Científica nas Ciências Humanas. Uma obra, com temas atuais e diversos, que gravitam e estabelecem liames com a dialética da Humanidade. Nesse contexto, as experiências vivenciadas em universidades e a própria trajetória social do homem, acabam sendo ingredientes de fortalecimento do pensar na Área das Humanidades. Praticizar o ato de pensar e interpretar nunca foi tão importante, quanto nos dias atuais. A conjuntura social ao qual vivemos hoje, exige de nós, posicionamentos e constantes reconstituições das contexturas sociais. Por isso, revisitar o passado, discutir o presente e planejar o futuro, são ações extremamente importantes aos estudantes e pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A obra está facilmente organizada em dois eixos temáticos. O primeiro, estabelece diálogos com práticas significativas, traz nas discussões modelos de estratégias pedagógicas que vão dos jogos analógicos à escuta sensível, pontuando experiências de novas e paradigmas desenvolvidos nos contextos de sala de aula nos mais diferentes níveis de ensino. Sinaliza para importância das tecnologias e do diálogo interdisciplinar para formação do indivíduo.

O segundo eixo, traz aspectos significativos para uma boa reflexão nas Ciências Sociais Aplicadas. De forma (in) direta promove a (inter) ligação dialógica que perpassa por Leis; Políticas Públicas; Cooperativismo; Desenvolvimento Social; Religiosidade; Cultura; Saúde e etc. Um eixo, com forte inclinação e possibilidades de integração com os processos educacionais. Desse modo, a coletânea de textos desta obra, se estabelece como um convite à reflexão e às interfaces de olhares de pesquisados e estudiosos que desenvolvem suas investigações Científicas na Ciências Humanas.

Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues

CAPÍTULO 1	1
APROXIMANDO UNIVERSIDADE E ESCOLA ATRAVÉS DO DIÁLOGO E PRÁTICAS SIGNIFICATIVAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	
Márcia Rejane Scherer	
DOI 10.22533/at.ed.6212019031	
CAPÍTULO 2	7
INCLUSÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA ESCUTA SENSÍVEL NO CONTEXTO DA SALA DE AULA	
Isabella Guedes Martinez Elias Batista dos Santos Ricardo Gauche	
DOI 10.22533/at.ed.6212019032	
CAPÍTULO 3	16
DESLOCAMENTOS EM PESQUISAS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS	
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos Naiara Gracia Tibola Daniela Gomes Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6212019033	
CAPÍTULO 4	25
O USO DA ROBÓTICA EDUCACIONAL COMO APRIMORAMENTO NO ENSINO DA MATEMÁTICA COM ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM LÁBREA – AM	
Fabiann Matthaus Dantas Barbosa Kelren da Silva Rodrigues Rafael Carvalho de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6212019034	
CAPÍTULO 5	34
PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kaio Anderson Fernandes Gomes Josenildo Santos de Sousa Francisnaine Priscila Martins de Oliveira Ednardo Arcanjo Garrido	
DOI 10.22533/at.ed.6212019035	
CAPÍTULO 6	41
UTILIZAÇÃO DE JOGOS ANALÓGICOS COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elias Batista dos Santos Wellington dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6212019036	

CAPÍTULO 7	52
A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS	
Morgana Patrícia Webers Bonfanti	
Mateus Pediriva	
Nelci Lurdes Gayeski Meneguzzi	
DOI 10.22533/at.ed.6212019037	
CAPÍTULO 8	59
A NATUREZA EM KANT: CONFLITO, GUERRA E SOCIABILIDADE	
Franciscleyton dos Santos da Silva	
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6212019038	
CAPÍTULO 9	71
A PSICANÁLISE E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR: ALGUMAS DISCUSSÕES	
Grazielle Luiza Barizon Scopel Gerbasi	
Paulo José da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6212019039	
CAPÍTULO 10	82
O GOOGLE SALA DE AULA E A SIMULAÇÃO “O CASO DO REBANHO DE JACÓ”: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS DE GENÉTICA	
Marisa Inês Bilthauer	
Dulcinéia Ester Pagani Gianotto	
DOI 10.22533/at.ed.62120190310	
CAPÍTULO 11	100
IDENTIDADE PESSOAL EM PAUL RICOEUR: A HERMENÊUTICA DO SI E A DIALÉTICA <i>IDEM-IPSE</i>	
Janessa Pagnussat	
DOI 10.22533/at.ed.62120190311	
CAPÍTULO 12	111
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE ENSINO COLABORATIVO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	
Fernanda Aparecida dos Santos	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.62120190312	
CAPÍTULO 13	124
BREVÍSSIMA HISTÓRIA DA FITA CASSETTE E OUTROS MODOS DE REPRODUÇÃO MUSICAL	
Enio Everton Arlindo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.62120190313	

CAPÍTULO 14	134
COLEÇÃO AMAZONIANA DE ARTE: O ENTRELACE ENTRE ARTE, MODA E MUSEOLOGIA	
Moema Correa Marcela Cabral Orlando Maneschy	
DOI 10.22533/at.ed.62120190314	

PARTE II - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA

CAPÍTULO 15	144
A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NO SÍTIO HISTÓRICO URBANO (SHU) 'RUA DO PORTO' EM PIRACICABA - SP	
Marcelo Cachioni Maira Cristina Grigoletto Juliana Binotti Pereira Scariato	
DOI 10.22533/at.ed.62120190315	

CAPÍTULO 16	157
DA CANA AO MELADO: OS SABORES E A FESTA DO MELADO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE DE CAPANEMA -PR	
Thais Naiara Prestes Fernanda Cordeiro De Faust	
DOI 10.22533/at.ed.62120190316	

CAPÍTULO 17	165
LEGISLAÇÕES RELACIONADAS À FORMAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO (EST)	
Marcela de Lima Magalhães Adriana Maria Tonini	
DOI 10.22533/at.ed.62120190317	

CAPÍTULO 18	179
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE MATERIAIS TÊXTEIS DO SÉCULO XIX DE UM TRAJE DO GRUPO FOLCLÓRICO DA CORREDOURA EM PORTUGAL	
Ronaldo Salvador Vasques Fabrício de Souza Fortunato Márcia Regina Paiva de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.62120190318	

CAPÍTULO 19	187
MEDIÇÕES DE RADIAÇÕES IONIZANTES E CHUVAS NA REGIÃO TROPICAL DO BRASIL – DINÂMICA NOS TEMPOS	
Inácio Malmonge Martin Marcelo Pego Gomes Rodrigo Rezende Fernandes de Carvalho Rafael Augusto Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.62120190319	

CAPÍTULO 20 194

O PAPEL DA COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE PINHALZINHO – SC

Patricia Ines Schwab
Juliana Capelezzo
Karine Cecilia Finatto Begnini
Maiara Zamban Linhares
Leani Lauermann Koch

DOI 10.22533/at.ed.62120190320

CAPÍTULO 21 211

OS MARIANOS E O APOSTOLADO DA ORAÇÃO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO CARMO EM PARINTINS, AMAZONAS

Rosimay Corrêa
Iraildes Caldas Torres

DOI 10.22533/at.ed.62120190321

CAPÍTULO 22 226

PAISAGEM URBANA: A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE

Rafael Henrique Teixeira-da-Silva

DOI 10.22533/at.ed.62120190322

CAPÍTULO 23 239

POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA PARA O MEIO AMBIENTE: ENFOQUE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EMISSÃO E REMOÇÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA NO ESTADO DO PARANÁ

Luciana Virginia Mario Bernardo
Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha
Zelimar Soares Bidarra
Adelsom Soares Filho
Vanderson Aparecido de Sousa
Mauro Sérgio Almeida Lima

DOI 10.22533/at.ed.62120190323

CAPÍTULO 24 252

APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA AO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Jhony Wilson Youngblood
Mario Picetskei Júnior
Rafael Gomes Sentone

DOI 10.22533/at.ed.62120190324

CAPÍTULO 25 263

A FORMAÇÃO DE UM INTELLECTUAL

Vanderlei Souto dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.62120190325

CAPÍTULO 26	268
<i>A FALA DO HUNSRICK NO COTIDIANO DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS: UM PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA MARIA DO HERVAL (RS)</i>	
Liane Marli Führ Maria Ines Dapper Fröhlich Daniel Luciano Gevehr	
DOI 10.22533/at.ed.62120190326	
CAPÍTULO 27	282
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA EVACUAÇÃO AEROMÉDICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Clarissa Coelho Vieira Guimarães Beatriz Gerbassi de Aguiar Costa Fábio José de Almeida Guilherme Luiz Alberto de Freitas Felipe Vanessa Oliveira Ossola da Cruz Liszety Emmerick Gicélia Lombardo Pereira Maristela Moura Berlitz Michelle Freitas de Souza Chezza Damiã Ricchezza Rachel de Lyra Monteiro Ré Letícia Lima Borges	
DOI 10.22533/at.ed.62120190327	
CAPÍTULO 28	289
AS REGIÕES METROPOLITANAS DE ALAGOAS: SIGNIFICADOS E REALIDADES DIVERSAS	
Cícero dos Santos Filho Paulo Rogério de Freitas Silva Juliana Costa Melo	
DOI 10.22533/at.ed.62120190328	
SOBRE OS ORGANIZADORES	303
ÍNDICE REMISSIVO	305

POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA PARA O MEIO AMBIENTE: ENFOQUE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EMISSÃO E REMOÇÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA NO ESTADO DO PARANÁ

Data de aceite: 16/03/2020

Data de submissão: 30/11/2019

Luciana Virginia Mario Bernardo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
Unioeste, Toledo/Paraná, orcid.org/0000-0001-7615-0433

Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha

Universidade Federal da Grande Dourados –
UFGD, Dourados/Mato Grosso do Sul, orcid.org/0000-0001-9405-2511

Zelimar Soares Bidarra

Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
Unioeste, Toledo/Paraná, orcid.org/0000-0002-3567-6794

Adelsom Soares Filho

Universidade Federal da Grande Dourados –
UFGD, Dourados/Mato Grosso do Sul, orcid.org/0000-0003-0433-5732

Vanderson Aparecido de Sousa

Universidade Federal da Grande Dourados –
UFGD, Dourados/Mato Grosso do Sul,
lattes.cnpq.br/0685027019377676

Mauro Sérgio Almeida Lima

Universidade Federal da Grande Dourados –
UFGD, Dourados/Mato Grosso do Sul,
lattes.cnpq.br/1054513421695864

RESUMO: Mudança climática é um assunto recorrente das discussões ambientais e dos setores produtivos. Desta forma, o objetivo do

artigo é conhecer como as políticas públicas têm produzido interferências, na emissão e remoção de gases do efeito estufa, em relação à mudança do uso da terra. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas ambientais e o tratamento de dados referentes a emissão e remoção de CO₂ no estado do Paraná. Observou-se contribui com a conservação da natureza a partir de suas unidades, contudo o volume do CO₂ emitido e maior que o removido.

PALAVRAS-CHAVE: mudanças climáticas; meio ambiente e remoção de gases do efeito estufa.

BRAZILIAN PUBLIC POLICY FOR THE ENVIRONMENT: FOCUS ON CONSERVATION UNITS, EMISSION AND REMOVAL OF GREENHOUSE GASES IN THE STATE OF PARANÁ

ABSTRACT: Climate change is a recurring subject of environmental discussions and productive sectors. Thus, the objective of the article is to know how public policies have produced interference in the emission and removal of greenhouse gases in relation to land use change. Thus, a bibliographic survey on environmental public policies and the treatment of data regarding the emission and removal

of CO₂ in the state of Paraná was conducted. It was observed contributes to the conservation of nature from its units, however the volume of CO₂ emitted is greater than removed.

KEYWORDS: climate change; environment and removal of greenhouse gases.

1 | INTRODUÇÃO

Existem disputas pelo uso da terra e posse da terra no Brasil, desde as Capitânicas Hereditárias, que extrapolou o significado do domínio de um fator de produção, resultando em influência política, devido às atividades desenvolvidas por quem recebia o direito a ela (JAHNEL, 1987). Na atualidade identificam-se no mínimo, dois grupos distintos de interesses, em relação ao uso da terra. O primeiro, constituído por indivíduos dotados pelo enfoque da obtenção da maximização da produção agropecuária extensiva (produtores rurais) e o segundo, constituído por agentes que prezam pela conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros (ecologistas). Cria-se assim, uma arena de disputas, na qual, estes atores declaram suas perspectivas sobre o meio ambiente e uso dos recursos naturais (ACCIOLY; SÁNCHEZ, 2012).

Desta forma, estes grupos podem influenciar no delineamento de políticas públicas com a finalidade da determinação do uso dos recursos naturais, a partir de suas perspectivas sobre o assunto e, ainda, destinar recursos financeiros públicos para a execução destas políticas (SALVADOR, 2010; FONSECA, 2013). As políticas públicas são instrumentos de intervenção na sociedade, que possibilitam influenciar o cotidiano dos indivíduos (MAZZINI; OLIVEIRA, 2010). Contudo, as características destas políticas são dotadas de influências oriundas dos grupos de interesses (SALVADOR, 2010; FONSECA, 2013). Assim, as disputas realizadas nas arenas pelos grupos de interesses são importantes para determinar os procedimentos que serão adotados, como interventores no cotidiano dos indivíduos.

Por outro lado, há necessidade de integrar a política pública ambiental aos interesses coletivos globais (NILSSON et al., 2009), pois as alterações do homem no meio ambiente, podem impactar em diferentes níveis o espaço local, bem como extrapolar o território nacional (BENSON; JORDAN, 2015). Desta forma, o objetivo do artigo é conhecer como as políticas públicas têm produzido interferências, na emissão e remoção de gases do efeito estufa, em relação à mudança do uso da terra. Esta pesquisa utiliza método dedutivo e técnicas de estatística descritiva.

2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA

Algumas medidas regulatórias para o uso dos recursos naturais foram criadas na década de 1930, quando houve a necessidade do uso destes recursos para o início do processo de industrialização, no Brasil. Neste período, foram criados instrumentos normativos que possibilitaram a criação de unidades de conservação, como: Código das Águas - 1934; Código de Mineração - 1934; Código Florestal - 1934 e Código da Pesca - 1938. No mesmo período delimitaram-se áreas de conservação como: Parque Nacional do Itatiaia - 1937, Parque Nacional do Iguaçu - 1939 e Parque Nacional da Serra dos Órgãos - 1939 (PACCATIELLO, 2011). Contudo, a ideia de conservação tratava da criação das, então, chamadas Florestas Protetoras, ao qual, a proteção destinava-se à beleza cênica dessas paisagens (ANDRADE; SILVA, 2003).

Após a década de 1930, as discussões sobre o meio ambiente no Brasil, voltaram a ser realizadas a partir da década de 1960, quando foi exigido internacionalmente, que o Brasil, tivesse medidas mais eficazes em relação a sua política do meio ambiente. Na década seguinte diferentes países buscavam medidas protetivas em relação à poluição industrial, que culmina na realização da Conferência de Estocolmo, em 1972. No período, o desenvolvimento de um país estava estritamente relacionado ao crescimento acelerado via industrialização, que resultava no aumento da poluição. O Brasil em parceria com outros países subdesenvolvidos, não consideraram prioritário os cuidados com meio ambiente. Este posicionamento significou ao país uma imagem negativa internacionalmente. A situação resultou, devido à influência internacional, em um discurso governamental sobre a necessidade de integrar medidas protetivas para o meio ambiente ao desenvolvimento do país. Assim, neste período criam-se órgãos de controle e regulamentação do meio ambiente no Brasil, ao qual sua finalidade é o controle do Estado em relação à poluição causada pelas indústrias (VIOLA; REIS, 1990; MAIMON, 1992; PACCATIELLO, 2011).

Infelizmente a ação não foi suficiente, pois no final da década de 1970, houve uma urbanização intensa no Brasil, principalmente em áreas concentradas, como nas regiões metropolitanas, e isso causou a escassez de recursos naturais para o atendimento da população (PACCATIELLO, 2011). Na década de 1980, as questões ambientais passaram, a ter proporções maiores e foram incorporadas em diferentes setores produtivos, através dos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. As pesquisas nas universidades sobre o assunto aumentaram, e a questão do *marketing* ambiental foi introduzida nas organizações (LOURERO; PACHECO, 1995). Neste mesmo período foi publicada a Lei Federal nº 6.938, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Com o intuito de criar medidas para que houvesse práticas de preservação ambiental. De forma a integrar o meio ambiente com os

aspectos sociais e econômicos presentes na sociedade. Além disso, essa lei instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e, ao mesmo tempo, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, atuantes de maneira complementar para regular as características do licenciamento ambiental executado pelos estados e municípios (BRASIL, 1981).

A Política Nacional do Meio Ambiente foi considerada inovadora por adotar medidas que possibilitaram responsabilizar e punir o Estado, assim como as entidades privadas, em relação a sua responsabilidade ambiental. Para isso indicou instrumentos a serem utilizados para o cumprimento da Lei, como: zoneamento e a avaliação de impactos ambientais, o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. No caso do descumprimento das medidas determinadas para a existência da preservação ambiental também são estipuladas as penalidades disciplinares ou compensatórias. Em relação à Constituição Federal vigente, no que se refere ao meio ambiente, ambas adotam estratégias conservacionistas no que se refere ao uso dos recursos naturais e buscam medidas para redução dos impactos causados pelo crescimento econômico (MONOSOWSKI, 1989).

Podem ser observadas três tendências para os movimentos ambientalistas no Brasil, a partir de 1970: conservacionista (proteção da biodiversidade), estatista (controle da poluição) e socioambientalista (integra o aspecto social as questões ambientais) (LITTLE, 2003). No contexto internacional, na década de 1980, a discussão refletiu a necessidade dos países subdesenvolvidos em se desenvolverem sem exaurir os recursos naturais. Neste período, o órgão responsável pelas questões ambientais no Brasil, passou por reorganização e criou-se o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA - Lei nº 7.735/89 (MCCORMICK, 1992).

A reestruturação também foi notada em nível estadual, de forma que a Constituição vigente atribuiu competências semelhantes a níveis federal e estadual (SOUSA, 2005). Em 1992, foi realizada a Conferência, conhecida como Cúpula da Terra ou Rio-92, pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). O objetivo foi às discussões sobre problemas globais, referentes ao meio ambiente e desenvolvimento, considerando as diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (EUROPEAN COMMISSION, 2011). Além disso, Cristóbal et al. (2013) consideram que foi estabelecido um marco para combate das mudanças climáticas, a partir do Protocolo de *Kyoto*. De forma que diferentes lideranças políticas se propuseram a reduzir a emissão de seis gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono - CO₂.

O Evento produziu a Agenda 21 Global, Programa busca caracterizar o desenvolvimento sustentável, em escala mundial, foi assinada por 179 países que estiveram presentes na Rio-92 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2017). No Brasil, esta Conferência possibilitou a criação da Comissão Interministerial de Meio

Ambiente, a mesma foi responsável por transmitir ao mundo o posicionamento do Brasil para com as questões ambientais. Desta Comissão, se originou a criação do Ministério do Meio Ambiente posteriormente (PACCATIELLO, 2011). Assim, a Conferência possibilitou que o país direcione-se seu olhar para o desenvolvimento, a partir da crise ambiental e a necessidade de estabilidade econômica (SOUZA, 2005). A partir deste contexto e com o intuito de regulamentar o artigo 225 da Constituição Federal, a Lei n. 9.985/2000, criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Neste, estão inseridas informações sobre critérios e normas referentes à criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000). Para Andrade e Landaza (2016) a publicação do SNUC é uma medida para garantir o direito ao meio ambiente das futuras gerações.

3 | DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA AMBIENTAL: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Medeiros (2006) considera que a criação da Lei n. 9.985/2000 é a representação do anseio das pessoas que reivindicaram, desde a década de 1970, a determinação de critérios para a criação e gestão das unidades de conservação, no Brasil. Importa esclarecer que o Projeto de Lei n. 2.892/92 que propunha o SNUC, só foi aprovado nos anos 2000, devido à composição de diferentes interesses políticos que envolvem a questão ambiental. Milaré (2001) afirma que para a aprovação da Lei, houve discussões internas no Congresso Nacional e sugestões do CONAMA, para as possíveis alterações no projeto inicial o que possibilitou a aprovação. O SNUC é constituído por diferentes objetivos, dos quais, se observa a intenção de conservar os diferentes elementos que compõem a biodiversidade de biomas que constituem o Brasil (BRASIL, 2000). Além disso, traz para as discussões ambientais uma sistematização que não fora observada, inclusive para o uso da nomenclatura unidade de conservação, utilizada desde 1930 relacionada ao manejo de solos (CAMPOS; CASTRO, 2006).

A criação de uma unidade de conservação é realizada no contexto de embates e conflitos em relação ao uso da terra. A partir da criação do SNUC, diferentes estudos foram realizados contrapondo a população humana e as áreas protegidas, como se fosse dois polos opostos de diferentes interesses em relação ao espaço (MARTINS, 2012). Para a determinação da área em que se quer criar uma unidade de conservação devem ser realizados estudos técnicos e consultas públicas. Observa-se, ainda, que o órgão responsável deve informar claramente a população local as possíveis questões socioambientais que estão relacionadas com esta criação. Isso significa que devem ser informadas a comunidade local as restrições ou extinção do uso direto dos recursos naturais, por exemplo (SILVA, 2012). O SNUC propõe dois

grupos de unidades de conservação (unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável), que são constituídos por categorias, possibilitam a convivência entre o homem e a natureza. O primeiro grupo de proteção integral tem por objetivo a preservação da natureza, para isso defende-se a restrição do uso dos recursos naturais apenas ao uso indireto. O grupo de uso sustentável procura equalizar a conservação ambiental com o uso dos recursos naturais, a partir da perspectiva da sustentabilidade. Desta forma, é possível utilizar os recursos naturais de forma direta, porém com restrições que garantam a continuidade destes recursos (BRASIL, 2000).

Miller (1997) ressalta que o uso atual e futuro de diferentes recursos naturais, como água, plantas medicinais, entre outras matérias-primas, justificam a criação e manutenção de áreas de conservação. Acredita-se que a preservação desses espaços contribui também com a conservação cultural e histórica a ela relacionada. Em algumas situações, os mecanismos sociais e comunitários auxiliam a regular o acesso e o uso dessas áreas. Em relação ao tamanho dessas unidades de conservação, para o Ministério do Meio Ambiente e para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2012), não há tamanho mínimo para a área destinada a uma unidade de conservação. Tem de haver, contudo, um laudo de vistoria técnica, principalmente para unidades privadas, estabelecendo se a área indicada para a criação da unidade de conservação tem os atributos legalmente necessários, ou seja, a área deve ter atributos ambientais explicitados para ser definida como unidade de conservação.

A criação de unidades de conservação pode criar estoques de carbono, a partir da produtividade primária líquida, oriunda do processo de fotossíntese das plantas, capazes de mitigar os gases de efeito estufa emitidos nas diferentes atividades humanas. Estes gases, são considerados um dos responsáveis pelas mudanças climáticas (FEARNSIDE et al., 2009). Giddens (2010) considera que o enfrentamento das mudanças climáticas seja um grande desafio para a ciência e as políticas. No Brasil, em relação à observância das políticas para as questões climáticas, um movimento governamental possibilitou que fosse aprovada a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas - Lei n. 12.187/2009 (ROMEIRO; PARENTE). Esta política contribui ao tratar de diferentes temáticas relacionadas às mudanças climáticas, como: desmatamento, geração de emprego e renda, energia, entre outros. Nesta Política há a clareza da relação entre mudanças climáticas e desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Observam-se três diretrizes estabelecidas pelo governo com a aprovação da Lei n. 12.187/2009: (I) redução de emissões de gases do efeito estufa; (II) aumento das remoções de sumidouros e (III) conservação e recuperação de recursos ambientais. No contexto da criação da Lei, o principal desafio do Brasil era reduzir o desmatamento

e promover o reflorestamento das áreas, para assim, conseguir reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Além disso, para a elaboração da Lei n. 12.187/2009, buscou-se compatibilizar a participação cidadã e desenvolvimento sustentável, mediante o estabelecimento de metas para a redução nacional de emissões de CO₂, entre 36,1% e 38,9%, até 2020 (BRASIL, 2009). O Decreto n. 7.390/2010 que regulamenta artigos 6º, 11 e 12 da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas estima projeções para emissão de gases o efeito estufa para o ano de 2020 (BRASIL, 2010).

Cabe ressaltar que até a Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas – COP-15, ocorrida em 2009 em Copenhague, o Brasil não estava na lista de países com necessidades de redução de gases do efeito estufa. Contudo, admitiu a realizar esta medida, posicionando a favor do controle da emissão desses gases. Ao final da Convenção, divulgou o marco regulatório da questão para o país – Lei 12.187/2009 (RODRIGUES FILHO et al., 2016). O Brasil desperta interesses internacionais, pois tem considerável estoque de carbono (Floresta Amazônica), bem como, tem oferta de diferentes serviços ecossistêmicos, devido à diversidade de biomas. Porém, tem problemas com o desmatamento, questão que pode ser reduzida a partir da criação de unidades de conservação (OBERMAIER, ROSA, 2013).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da Tabela 1 é possível observar a quantidade de quilômetros quadrados (km²) de área brasileira conservada, sendo um total de 1.527.545 km². Esta área está dividida entre os biomas que constituem o país, a maior preservação está no bioma Amazônia. A segunda área com maior preservação está relacionada ao bioma Cerrado, porém o tamanho da área conservada neste último bioma representa 15% da área conservada no bioma Amazônia. Dentre as categorias de conservação (12 formas de conservar o meio ambiente), 8 categorias (Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Floresta, Reserva Extrativista, Reserva do Desenvolvimento Sustentável, Reserva de Fauna, Área de Proteção Ambiental e Área de Relevante Interesse Ecológico) ainda não possuem áreas conservadas em um ou mais biomas. Este pode ser um indicativo para a necessidade de criações de unidades de conservação no Brasil. Tendo em vista que as categorias de unidades, conforme Brasil (2000) tem objetivos distintos para a conservação, assim, uma categoria não pode substituir a outra.

Neste contexto, observam-se duas situações em destaque, a primeira se refere à unidade de conservação Reserva de Fauna que não possui unidades criadas. A segunda situação se refere ao bioma Pantanal, que tem a menor diversidade de categorias de unidades de conservação. Estas observações são possíveis de

serem realizadas devido a sistematização trazida pelo SNUC para as unidades de conservação, apontadas por Campos e Castro (2006). Ainda, é possível destacar a importância da Reserva Privada do Patrimônio Natural, a única forma de conservação da biodiversidade realizada pela iniciativa privada. Percebe-se que ela está localizada em todos os biomas brasileiros, em diferentes quantidades. O incentivo à criação desta forma de conservação pode auxiliar o país na conservação e recuperação de recursos naturais, como apontou Brasil (2009), tendo em vista que se poderá reduzir o desmatamento e aumentar o reflorestamento, conforme a decisão da iniciativa privada.

Categoria	Bioma/ Área km²					
	Amazônia	Caatinga	Cerrado	Mata Atlântica	Pampa	Pantanal
Proteção Integral						
<i>Estação Ecológica</i>	107.638	1.389	11.435	1.479	105	116
<i>Monumento Natural</i>	0	594	314	509	0	3
<i>Parque</i>	268.724	7.601	48.692	23.260	392	4.285
<i>Refúgio da Vida Silvestre</i>	64	395	2.460	737	26	0
<i>Reserva Biológica</i>	52.856	70	81	2.453	105	0
Uso Sustentável						
<i>Floresta</i>	312.675	542	557	356	0	0
<i>Reserva Extrativista</i>	137.749	19	883	712	0	0
<i>Reserva do Desenvolvimento Sustentável</i>	110.789	84	686	528	0	0
<i>Reserva de</i>	0	0	0	0	0	0
Fauna						
<i>Área de Proteção Ambiental</i>	173.643	52.294	108.504	80.960	4.214	0
<i>Área de Relevante Interesse Ecológico</i>	446	198	87	271	14	0
<i>Reserva Privada do Patrimônio Natural</i>	466	477	1.069	1.035	4	2.488
Total da área conservada	1.165.051	63.673	174.769	112.300	4.861	6.891

Tabela 1: Áreas de Conservação por Categoria e Bioma

Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2017).

Em relação ao estado do Paraná, a disponibilidade dos dados sobre as unidades de conservação, refere-se aos anos de 2014 e 2016 (Tabela 2). As especificações sobre o assunto tratam-se apenas para as unidades criadas na esfera de poder estadual. Depreendem-se duas alterações no período, a primeira referente ao

aumento de unidades de conservação nível federal, em 31,5%. A segunda alteração refere-se ao aumento no número de Reserva Privada do Patrimônio Natural em 4,1%. Desta maneira, compreende-se que a área conservada no estado, aumentou no período nestas duas situações. Estas unidades foram criadas a partir das normativas estipuladas pelo SNUC, segundo, Andrade e Landaza (2016) estas unidades possibilitam que as futuras gerações tenham acesso as características ambientais.

Unidades de Conservação - Federal		
	2014	2016
Unidade de Conservação	19	25
Unidades de Conservação - Estadual		
	2014	2016
Reserva Privada do Patrimônio Natural	220	229
Uso Sustentável	23	23
Proteção Integral	45	45
Unidades de Conservação - Municipal		
	2014	2016
Unidade de Conservação	110	110

Tabela 2: Unidades de Conservação no Estado do Paraná, anos 2014 e 2016, classificadas por tipo e unidades de poder

Fonte: IPARDES (2018).

Além disso, verifica-se questões referentes a emissão e remoção de CO₂ (Figura 1). Em relação a estas emissões no período analisado, os percentuais de participação do Paraná nas emissões do país não ultrapassaram 4,5%. Além disso, este percentual refere-se ao ano de 2008, depois deste ano, todos os valores identificados são menores, porém a partir de 2014, os percentuais anuais de participação são crescentes. A remoção de CO₂ realizada no espaço territorial paranaense não possui comportamento constante, porém o maior percentual identificado refere-se ao ano de 2009.

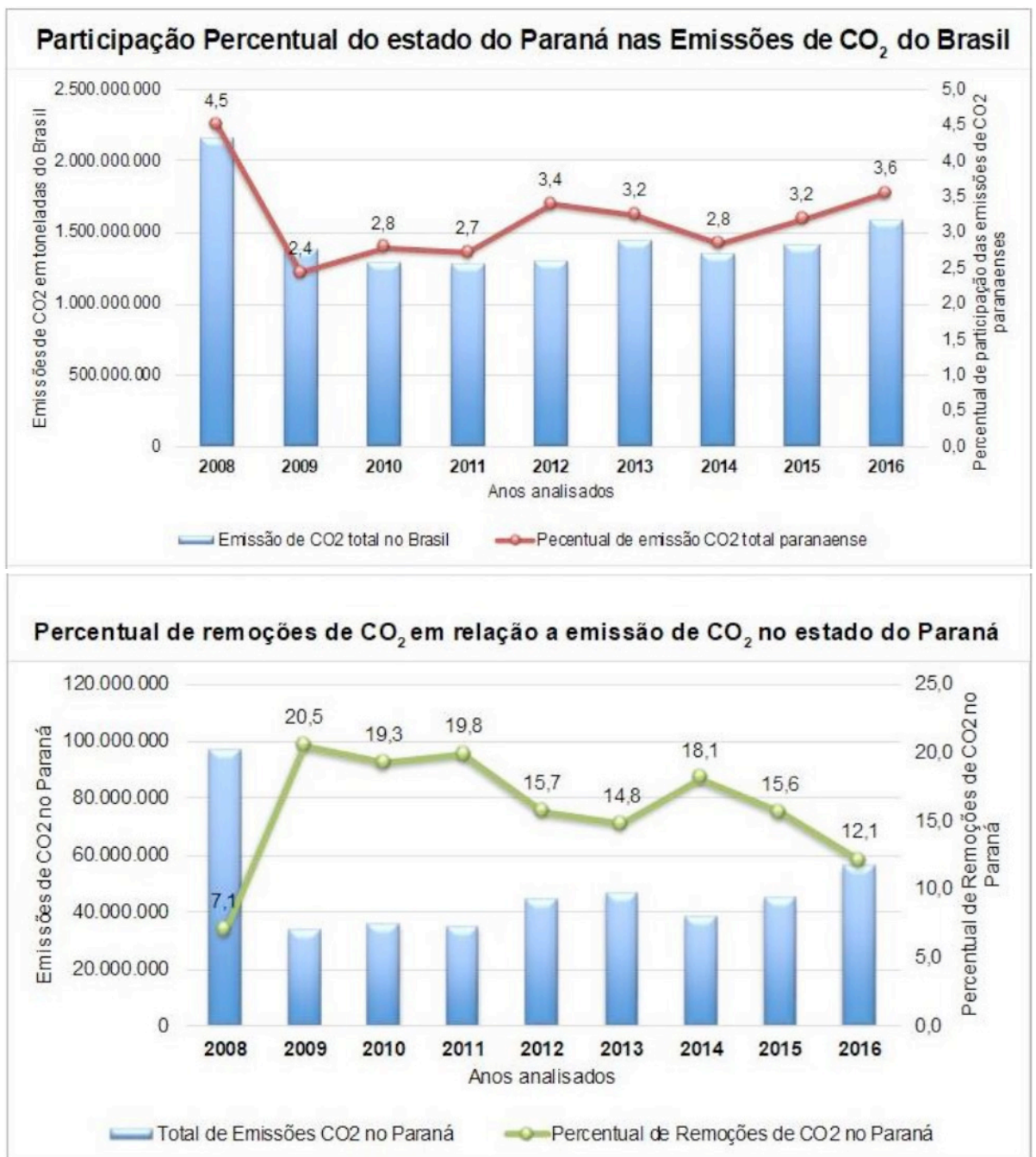


Figura 1: Relação de Emissões e remoções de CO₂ entre o Paraná e o Brasil – 2008/2016

Fonte: Elaborado a partir Seeg Brasil (2018).

Recorda-se Cristóbal et al. (2013) ao considerarem que foi estabelecido um marco para combate das mudanças climáticas, a partir do Protocolo de *Kyoto*. Em que diferentes lideranças políticas se propuseram a reduzir a emissão de seis gases de efeito estufa, como CO₂. Desta forma, a criação de unidades de conservação no estado do Paraná, auxilia na remoção deste gás, emitido em diferentes situações cotidianas.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, o Brasil desde a década de 1930, realiza discussões sobre as

questões ambientais com diferentes intuitos, da preservação da beleza cênica da paisagem a regulação do uso dos recursos naturais e da conservação da biodiversidade a redução de gases do efeito estufa. Essas discussões resultaram em diferentes instrumentos normativos, que tratam especificadamente os assuntos relacionados ao meio ambiente. Ao qual, no decorrer dos anos sofreram alterações ou foram criados novos instrumentos específicos para os assuntos. Contudo, percebeu-se que as discussões sobre o meio ambiente no Brasil, demandam tempo para o amadurecimento e compreensão sobre a necessidade do tratamento da questão pelo viés das políticas públicas.

Percebeu-se que as políticas ambientais criadas com finalidades distintas, estão vinculadas. Ao considerar que as mudanças climáticas são um grave problema a ser tratado pelo mundo, acredita-se que diferentes políticas públicas devam estar relacionadas para o enfrentamento da questão. Tendo em vista que as unidades de conservação auxiliam na redução da quantidade de emissões de CO₂, a partir do fluxo de carbono que as áreas conservadas criam no decorrer do ciclo produtivo da fotossíntese. Contudo, não é a única medida que possa contribuir com a redução do problema, mudanças no processo produtivo podem trazer outras contribuições e alterações no volume de consumo dos produtos e serviços produzidos.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, I.; SÁNCHEZ, C. Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 25, p. 97 -108, 2012.

ANDRADE, J. T.; SILVA, J. A. Categorias de florestas estabelecidas nos Códigos Florestais de 1934 e 1965. **Revista Floresta e Ambiente**, v. 10, n. 2, p. 78-86, 2003.

ANDRADE, M. P.; IADANZA, E. E. S. Unidades de conservação no Brasil: algumas considerações e desafios. **Revista Extensão e Estudos Rurais**, v. 5, n. 1, p. 81 – 96, 2016.

BENSON, D.; JORDAN, A. Environmental Policy: Protection and Regulation. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, p. 778 – 783, 2015.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. **Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12187.htm. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. **Decreto no 7.390, de 09 de dezembro de 2010**. Regulamenta os arts. 6º, 11º e 12º da Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7390.htm. Acesso em: set. 2017.

CAMPOS, A. C.; CASTRO, S. S. Unidades de Conservação, a importância dos parques e o papel da Amazônia. **Terra Livre**, v. 1, n. 26, p. 127 – 141, 2006.

CRISTÓBAL, J.; GUILLÉN-GOSÁLBEZ, G.; KRASLAWSKI, A.; IRABIEN, A. Stochastic MILP model for optimal timing of investments in CO2 capture technologies under uncertainty in prices. **Energy**, v. 54, p. 343 – 351, 2013.

EUROPEAN COMMISSION. Special eurobarometer, v. 372, 2011.

FEARNSIDE, P. M.; GRAÇA, P. M. L. A.; KEIZER, E. W. H.; MALDONADO, F. D.; BARBOSA, R. I.; NOGUEIRA, E. M. Modelagem de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa na região sob influência da Rodovia Manaus – Porto Velho (BR-3019). **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 24, n. 2, p. 208 – 233, 2009.

FONSECA, F. Dimensões críticas das políticas públicas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 3, p. 402-418, 2013.

GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Base de Dados do Estado. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: mar. 2018.

JAHNEL, T. C. As leis de terra o Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n.65, p. 105 – 116, 1987.

LITTLE, P. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil**. São Paulo: Peirópolis - Brasília, 2003.

MAIMON, D. Política ambiental no Brasil: Estocolmo-72 a Rio-92. In: Maimon. D. (org.). **Ecologia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro. Aped, 1992.

MARTINS, A. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Biblio 3W**, Barcelona, v. 17, n. 988, 2012.

MAZZINI, E. de J. T.; OLIVEIRA, S. M. de. Políticas públicas para o campo: desafios da produção e da organização da agricultura familiar. **VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural**. Porto de Galinhas, 2010.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. 183 p.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. **Limits to growth**. Nova York: Universe Books, 1972.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 41 - 64, 2006.

MILLER, K. R. Evolução do conceito de áreas de proteção — oportunidades para o século XXI. In: **Anais** do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, v. 1, p. 3-21, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda 21 Global. 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso: set. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso: set. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Perguntas e respostas sobre reserva privada do patrimônio natural. 75p., 2012.

MONOSOWSKI, E. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, n.16, p. 15-24, 1989.

NILSSON, M., PALLEMAERTS, M., VON HOMEYER, I. International regimes and environmental policy integration: introducing the special issue. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 9, n. 4, p. 337–350, 2009.

OBERMAIER, M.; ROSA, L. P. Mudanças climáticas e adaptação no Brasil: uma análise crítica. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 78, 155 – 176, 2013.

PACCATIELLO, A. F. O. Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000). **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 71 – 82, 2011.

RODRIGUES FILHO, S.; LINDOSO, D. P.; BURSZTYN, M.; NASCIMENTO, C. G. O clima em transe: políticas de mitigação e adaptação no Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 19, p. 74 – 90, 2016.

ROMEIRO, V.; PARENTE, V. Regulação das mudanças climáticas no Brasil e o papel dos governos subnacionais. In: MOTTA, R.S.; HARGRAVE, J.; LUEEMANN, G.; GUTIERRE, M. B. S (Eds.). **Mudança do Clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Brasília, IPEA, 2011.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 605-631, 2010.

SEEG. Base de dados de emissões. Disponível em: <http://seeg.eco.br/>. Acesso em: set. 2017.

SILVA, R. F. T. **Manual de direito ambiental**. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2012.

SOUSA, A. C. A. de. A evolução da política ambiental no Brasil do século XX. **Revista de Ciência Política**, n. 26, n. p., 2005.

VIOLA, E. L.; REIS, H. R. Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. **Lua Nova – Revista de Cultura e Política**, v. 20 p. 145-78, 1990.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambientes virtuais 82, 84, 85, 86, 89, 96, 97

Aptidão física 252, 253, 254, 255, 257, 260, 261

Arte 63, 124, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 180, 229

C

Celebrações 157, 213, 218

Cidadania 52, 53, 54, 56, 57, 58, 88, 113

Conhecimento 17, 18, 23, 27, 32, 33, 38, 49, 52, 53, 61, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 87, 88, 95, 96, 99, 103, 111, 116, 118, 121, 123, 125, 126, 127, 136, 139, 164, 197, 199, 213, 256, 260, 263, 265, 266, 267, 269, 271, 278, 279, 283, 284, 285, 287

Cooperação 76, 78, 79, 118, 194, 195, 196, 198, 199, 203, 208, 236, 280

Cultura 2, 18, 19, 21, 34, 35, 39, 49, 55, 58, 59, 63, 64, 69, 77, 81, 124, 132, 136, 138, 140, 141, 142, 150, 158, 161, 178, 193, 212, 214, 216, 221, 224, 225, 228, 231, 251, 257, 263, 265, 267, 268, 271, 273, 275, 279, 280, 303

D

Direitos humanos 36, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 161

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 99, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 138, 141, 142, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 177, 178, 197, 200, 203, 204, 208, 210, 221, 226, 260, 261, 265, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 294, 303, 304

Ensino colaborativo 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Espacialidade 268, 289, 291, 299

F

Formação docente 1, 2, 15

G

Gestão escolar 34

H

Historiografia da mídia 124

I

Interdisciplinaridade 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 139

K

Kant 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

M

Meio ambiente 153, 165, 172, 175, 194, 197, 201, 202, 203, 204, 207, 210, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 249, 250, 251

Museologia 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 186

N

Narrativa 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 236, 269

Natureza 18, 21, 34, 35, 38, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 86, 89, 97, 109, 115, 150, 161, 200, 201, 208, 239, 244

P

Paisagem cultural 144, 145, 149, 154

Patrimônio 65, 153, 155, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 179, 186, 226, 227, 228, 231, 236, 237, 246, 247, 250, 268, 269, 272, 275

Pesquisa 6, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 27, 29, 32, 34, 35, 43, 44, 51, 58, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 88, 89, 98, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 137, 139, 141, 157, 158, 163, 164, 165, 181, 182, 194, 196, 199, 201, 202, 208, 209, 213, 214, 218, 225, 240, 252, 254, 268, 269, 271, 273, 274, 278, 283, 285, 289, 291, 297, 302, 303

Práticas 1, 2, 26, 27, 29, 30, 38, 39, 42, 69, 75, 81, 111, 115, 118, 119, 121, 137, 139, 140, 144, 161, 166, 175, 182, 195, 207, 221, 224, 241, 273

R

Radiação ionizante 187, 188, 189, 190, 193

Realidade 8, 20, 23, 26, 27, 32, 35, 36, 45, 65, 88, 96, 115, 116, 137, 140, 221, 223, 227, 235, 252, 255, 263, 264, 265, 266, 269, 271, 278, 279, 280, 289, 292, 295, 298, 299

Relações de gênero 211, 221, 225

Robótica 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33

T

Trajes 179, 180, 182, 183, 184

 **Atena**
Editora

2 0 2 0